



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO Nº. 224/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS entre o **MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA** e a empresa **LOURENÇO OLIVEIRA COUTO 04888922608 ME**, de acordo com o **Processo nº. 164/2019, Inexigibilidade nº. 055/2019**, nos termos do artigo 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/1993.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA**, pessoa jurídica de direito público com sede na Rua Joaquim Gomes Pereira nº. 825, Centro, em Lagoa da Prata - MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.318.618/0001-60, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Paulo César Teodoro, inscrito no CPF/MF 575.491.766-04 e CI MG-4.347.946, SSP/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LOURENÇO OLIVEIRA COUTO 04888922608 ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.543.928/0001-20, com sede à Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 711, Centro - CEP: 35.595-000, na cidade de Luz/MG, neste ato representada pelo titular Sr. Lourenço Oliveira Couto, brasileiro, empresário, inscrito pelo CPF sob nº 048.889.226-08, portador da cédula de identidade M-8.084.748, expedida pela SSP/MG, doravante denominada **CONTRATADA**; mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente, a contratação de Show Artístico da "**Banda VHS**" para apresentação musical durante o Encontro Nacional dos Motociclistas em Lagoa da Prata/MG, a ser realizado no dia **06 de julho de 2019**, na Praça de Eventos, sendo o evento aberto ao público; atendendo à solicitação da Secretaria Municipal Cultura e Turismo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Pelo cumprimento do exposto neste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, o valor total de **R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)**, mediante entrega da Nota Fiscal no Almojarifado Central da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata. As empresas que emitirem nota fiscal eletrônica deverão enviar juntamente com o Danfe, o arquivo XML para o endereço almojarifado@lagoadaprata.mg.gov.br.

2.2. Na composição do preço acima referido estão incluídas todas as despesas tributárias e fiscais, outros encargos do contrato.

2.3. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a prestação de serviço pela CONTRATADA, e a entrega da respectiva nota fiscal no Almojarifado Central do Município de Lagoa da Prata.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DA CONTRATANTE:

3.1.1. Efetuar o pagamento dos serviços conforme previsto na cláusula segunda;

3.1.2. Fiscalizar a prestação dos serviços efetivados.

3.2. DO CONTRATADO:

3.2.1. Prestar o serviço, objeto do presente instrumento, nos quantitativos e nas especificações constantes da cláusula primeira e no prazo estabelecido neste instrumento.

3.2.2. Garantir a boa qualidade dos serviços ofertados.

3.2.3. Arcar com as responsabilidades fiscais, trabalhistas, tributárias e demais encargos que vierem a incidir sobre a prestação dos serviços, objeto deste contrato.

3.2.4. Arcar com as despesas referentes à hospedagem, diárias de alimentação, transportes (interestadual e intermunicipal), traslado urbano, seguranças, abastecimento de camarim, carregadores e Nota Contratual da OMB.

3.2.5. Celebrar nota contratual ou contrato temporário conforme Portaria do Ministério do Trabalho nº. 656 de 22 de agosto de 2018, e apresentar ao Município até 02 (dois) dias antes da realização do evento, sob pena de rescisão contratual.

3.2.6. Prestar os serviços em conformidade com a legislação vigente, em especial os artigos 70 e 71 do Estatuto da Criança e do adolescente.

3.2.7. Manter atualizada toda a documentação de habilitação durante todo o período de vigência do contrato.

3.2.8. A empresa deverá responder por qualquer dano ou prejuízo causado ao Município ou a terceiros, por ação ou omissão culposa ou dolosa de seus prepostos, subcontratados e/ou empregados, em decorrência da execução dos serviços, após apuração de responsabilidades.

Loourenço Oliveira Couto

[Assinatura]

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CLAUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1 – A prestação dos serviços deverá estar em conformidade com o Processo nº 164/2019 – Inexigibilidade nº 055/2019. Apresentação musical no dia 06/07/2019, com duração de 2 horas de apresentação, iniciando às 22:00 horas. Sendo também no formato show colocado, incluindo traslado de carros, carretas, ônibus, diárias de alimentação, hospedagens, passagens aéreas, abastecimento de camarins, carregadores.

4.2 – A Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata – MG, reserva-se o direito de não receber a prestação dos serviços que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento.

4.3 – A contratada é obrigada a refazer, às suas expensas, o objeto deste instrumento de contrato, em que se verifiquem irregularidades.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO E ADITAMENTOS

5.1. O prazo de vigência do presente contrato é de **60 (sessenta) dias**, e terá início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por exclusivo interesse do Município de Lagoa da Prata, observados os dispositivos da Lei 8.666/93.

5.2. De acordo com a conveniência da Administração Municipal, devidamente justificada, os quantitativos deste Contrato poderão ser aumentados ou reduzidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme previsto no art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, observado o limite da modalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

05.03.23.695.0502.4.026.3.3.90.39

CLÁUSULA SETIMA – DO REGIME LEGAL

7.1- O presente contrato se encontra vinculado ao Processo Administrativo 164/2019, Inexigibilidade de licitação nº. 055/2019, e rege-se basicamente pelas normas consubstanciadas na lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações, independentemente de transcrição.

7.2- O contratado reconhece os direitos da Administração descritos no art. 77 e seguintes da Lei 8666/93.

7.3- O contratado obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS MULTAS E PENALIDADES

8.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-a as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, e, em especial:

a) Multa de mora no percentual correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por hora de atraso, até o limite de 2 (duas) horas, caracterizando inexecução parcial; salvo atraso justificado e acatado pela Secretaria requisitante.

b) Advertência escrita;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, conforme disposto no art. 87, inciso III da Lei 8.666/93;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal de Lagoa da Prata enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

e) Caso venha a desistir da prestação dos serviços, além de outras cominações legais, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

8.2 - Caso venha a desistir do contrato, além de outras cominações legais, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

8.3 - A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Lagoa da Prata, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, sendo que poderá ser automaticamente descontada dos créditos que a empresa tiver junto ao Município, devendo ser aplicadas por ato do Secretário Municipal de Administração, facultada a defesa da Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura da vista ao processo.

8.4 - As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, previstas na lei 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.5 - Em qualquer hipótese e aplicações de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Não haverá reajuste de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências nele previstas, em especial nos seguintes casos:

- a) Quando ocorrer descumprimento de cláusula deste Contrato;
- b) revelando o Contratado incapacidade e inidoneidade durante a prestação dos serviços;
- c) houver reclamações e desaprovação, pelas unidades fiscalizadoras do Contrato, quanto à qualidade dos serviços prestados;
- d) no caso de falência do Contratado.

10.2 - Constituem também motivos de rescisão do presente contrato a ocorrência de quaisquer dos fatos previstos no art.78 da Lei Federal 8.666/93, ficando reconhecidos, desde já, os direitos da Administração previstos no art. 77 da mencionada lei.

10.3 - Ocorrendo a rescisão por quaisquer dos motivos especificados, fica suspenso o pagamento ao contratado até que se apurem eventuais perdas ou danos causados à Administração Municipal de Lagoa da Prata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1 - O Gestor de contrato é responsável pela promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições contratualmente previstas, que será acompanhada e executada pelo Secretário Municipal de Cultura/Ordenador de despesas para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste.

11.2 - A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através da Secretaria Municipal de Cultura, na qual designa o servidor VILMAR PEREIRA, para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do Município.

11.4 - Qualquer fiscalização exercida pelo Município, feita em seu exclusivo interesse, não implica em corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime o contratado de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

11.5 - Cabe a Secretaria Municipal de Cultura, ouvida a Assessoria Jurídica, no que couber, o gerenciamento e a fiscalização pelo cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O município publicará o resumo deste contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lagoa da Prata como o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente contrato.

E por assim acharem justos e contratados, assinam as partes o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra-assinadas.

Lagoa da Prata, 03 de julho de 2019.

**MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA
CONTRATANTE**

**LOURENÇO OLIVEIRA COUTO 04888922608 ME
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

